

# Impôsto Sindical é resquício do regime fascista

AYRTON GOMES

Como a extinção progressiva do Impôsto Sindical, anunciada pelo ministro Peracchi Barcelos, é assunto dos mais discutidos, atualmente, em tôdas as categorias profissionais e até pelas cúpulas sindicais, publicamos hoje, entrevista do sr. Armando de Brito, que apóia a decisão governamental de acabar com aquela contribuição compulsória.

O sr. Armando de Brito, ex-presidente do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, foi um dos elaboradores do projeto de lei que extinguiu o Impôsto Sindical, de forma gradativa, remetido ao Congresso Nacional em outubro de 1964.

"A prática do bom-mocismo" na administração pública não é orientação desejável para um Governo resultante de um movimento revolucionário e que justamente contra tais processos de governos passados se insurgiu. Porque elas comprovam a sua imprestabilidade para atingir ao fim primordial do Estado que é o de promover o bem comum".

— “O caso do impôsto é tipico daqueles procedimentos em que a autoridade pública deve falar claro aos trabalhadores não alimentando ilusões em troca de uma popularidade fácil e enganosa. Pois, se é obrigação do Estado assegurar o livre funcionamento das entidades, sindicais, a êle cabe delimitar as condições em que tal sindicalismo deverá atuar. Antigamente, com o Impôsto Sindical, criou-se o sindicalismo de Estado, nos moldes do existente na Itália de Mussolini, jungido aos governos, dirigido por um grupo de parafuncionários ou pelegos. Hoje, com a plena restauração do sindicalismo democrático nos antigos domínios do fascismo, não teria cabimento fôsse o Brasil o único País em que o regime sindical fascista perdurasse, como o querem alguns dos beneficiários dos dinheiros sindicais, ou de seus acólitos e porta-vozes de boa-fé. Vejo, com alegria — prossegue o entrevistado — que o ministro Peracchi Barcelos recolocou o problema da extinção do Impôsto Sindical no seu devido lugar, situando-o dentro da área de sua competência, como ato de Governo, sem que isto implique em rejeitar o debate com as partes também interessadas, ou seja, empregados e empregadores. O que não ficava bem era prosseguir-se no estímulo às meias soluções, melífluas e amórfas, como por exemplo a que resultou no texto da Lei 4.589, onde a decisão sôbre a matéria foi entregue a uma comissão paritária.

“Tal comissão vem de se pronunciar, veementemente favorável à manutenção do impôsto. Sempre entendi que tal decidir não vincularia o Governo, amarrando-o, em nome de um falso espírito democrático, ao que fôra decidido pelos representantes de empregados e empregadores. Foi com tal tipo de facilidade e de “bom-mocismo” que, em nome da decisão de comissões, criaram-se neste País as condições básicas à instauração do regime de corrupção e de subversão do Governo Goulart. Por isso, saúdo com alegria a posição revolucionária do ministro do Trabalho, que veio falar claro aos trabalhadores, dizendo-lhes dos propósitos governamentais, que não se dirigem contra êles.

Muito pelo contrário. É no interêsse do próprio trabalhador que o Impôsto Sindical deve ser extinto: 1 — dando ao sindicato autenticidade; 2 — banindo das entidades os aproveitadores e pelegos; 3 — fazendo-o atuar, efetivamente, em beneficio das categorias; 4 — retirando a possibilidade de qualquer Governo fazer politica-partidária através dos sindicatos e 5 — fazendo com que o Brasil possa ombrear-se com as demais nações — obviamente excluídas aquelas de regimes totalitários — apresentando um sindicalismo livre, em que o Estado só intervenha em função do magno interêsse da segurança nacional.”

# OUTRAS

Demorada reunião realizou o ministro Peracchi Barcelos, ontem, com o diretor-geral do Departamento Nacional da Previdência Social, professor Armando Oliveira de Assis, uma das maiores competências brasileiras sobre Previdência Social. O resultado da reunião poderá ser o levantamento do sistema de intervenção na administração dos LAPs. Outro assunto tratado na reunião foi o das modificações nas representações governamentais e classistas nos Conselhos de Previdência Social e classistas nos Conselhos de Previdência Social e Pensões, SAPS e SAMDU. ★★★ O professor Evaristo de Moraes Filho recebeu oito votos, como a Personalidade do Trabalho do ano de 1965, enquanto o segundo colocado — Arnaldo Sussekind — recebeu apenas três votos. ★★★ Já integralmente constituída a comissão de inquérito que irá apurar as irregularidades no SAPS: Armando de Brito, presidente; Rômulo Marinho e José Aureliano Boff, membros. ★★★ Pedro José da Silva, que encabeçava chapa única, foi reeleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar. ★★★ O IAPETC e a CMTC de São Paulo firmaram protocolo para pagamentos das dívidas da Companhia para com o Instituto, sendo suspensas todas as ações executivas movidas contra a empresa de transportes paulista. A dívida da CMTC — Cr\$ 10 milhões sem correção monetária e Cr\$ 100 milhões com correção monetária — existia há cerca de 15 anos e o protocolo só foi firmado graças ao trabalho desenvolvido pelo procurador Abner de Freitas supervisionado pelo sr. Hélio Walcacer, presidente do Instituto. ★★★ Seguradores não querem conceder aumento aos securitários, na base de 60 por cento. Só querem conceder aumento na base da elevação do custo de vida levantado pelo Departamento Nacional de Emprego e Salário. ★★★ Somente no próximo ano, as reuniões dos carpinteiros, na Delegacia Regional do Trabalho, para conseguir aumento salarial. ★★★ Alfaiates transferiram sine-die" a assembléia de deflagração de greve por melhores salários. ★★★ Rodoviários querem aumento de 70 por cento sobre os atuais salários. ★★★ Prosseguem as eleições no Sindicato dos Bancários. Existe pouquíssima possibilidade de se alcançar os 16 mil sufrágios para o "governo" necessário.